



O trabalho nos contextos asilar e pós asilar e suas reverberações na saúde (doença ou transtorno) mental

Work in asylum and post-asylum contexts and their reverberations on mental health (illness or disorder)

Fernando Mello MACHADO

Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
fmellmach2@gmail.com

Arthur Arruda Leal FERREIRA

Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
e Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
arleal1965@gmail.com

Daniele GOMES

Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
danielegomess@live.com

Abstract. *This text intends to reflect on the meanings of work through praxitherapy, as it occurred in the context of medium and long-term asylums represented in the figure of the Colonies. Our source of historical analysis will be the Colonies and the Asylums, as well as the theoretical production of the psychiatric field. A thread of continuity leads an understanding that understands work as a therapeutic operator of resocialization (a conception born from reflections on the Colonies) to contemporary thinking that the individual's mental health depends on a good relationship with the work represented by work. To this end, we will first explore the material that emerges from the documentary and historiographical research of the collection of mental asylums and, subsequently, we will proceed to problematize issues of the present that carry points of*

tension between work and mental health in a period marked by the hegemony of post-asylum thinking whose modes of health promotion go through self-management strategies fostered by individual autonomy. The critical analysis of the past will use the Foucaultian genealogical method, as well as methodologies inspired by the production of authors of the "New History". The contemporaneity approach, on the other hand, intends to be leveraged by governmentality research applied to the field of social determinants in mental health (dictated by internationally recognized regulatory bodies and present in the bibliography found on the subject) that contribute to the understanding of some forms of exercise of power in societies demarcated by neoliberal practices.

Keywords: *Work and Mental Health. History of Asylums for the Insane. Disciplinary regime and governmentality.*

Resumo. Este texto pretende primeiramente refletir acerca dos sentidos do trabalho através das praxiterapia, tal como se deu no contexto dos asilos de média e longa permanência representados na figura das Colônias. Nossa fonte de análise histórica serão as Colônias e os Hospícios, bem como a produção teórica do campo psiquiátrico. Um fio de continuidade conduz a compreensão que entende o trabalho como operador terapêutico de ressocialização (concepção nascida a partir das reflexões em torno das Colônias) ao pensamento contemporâneo de que a saúde mental do indivíduo depende de uma boa relação com o fazer representado pelo trabalho. Para isso, exploraremos em um primeiro momento o material que emerge da pesquisa documental e historiográfica do acervo dos Asilos mentais para, na sequência, partimos para uma problematização de questões do presente que carregam pontos de tensionamento entre trabalho e saúde mental em um período marcado pela hegemonia do pensamento pós asilar cujos modos de promoção de saúde passam por estratégias de autogestão fomentadas pela autonomia individual. A análise crítica do passado se utilizará do método genealógico foucaultiano, bem como de metodologias inspiradas na produção de autores da “Nova História”. Já a abordagem da contemporaneidade pretende se ver alavancada pelas pesquisas da governamentalidade aplicadas ao campo dos determinantes sociais em saúde mental (ditados por organismos reguladores internacionalmente reconhecidos e presentes na bibliografia encontrada acerca do tema) que contribuem para a compreensão de algumas formas de exercício de poder nas sociedades demarcadas por práticas neoliberais.

Palavras-chave: Trabalho e Saúde Mental. História dos Asilos para Alienados. Regime disciplinar e governamentalidade.

Recebido: 08/07/2025 Aceito: 16/10/2025 Publicado: 19/10/2025

DOI:10.51919/revista_sh.v1i0.496

1. Intercessões entre trabalho e instituições asilares

Esse texto trata do tema do trabalho em suas relações com o campo da saúde mental no Brasil em diferentes registros temporais. Começaremos com a apresentação das Colônias Agrícolas para

Alienados e sua aposta no elemento do trabalho enquanto instrumento que irá compôr a terapêutica dos internos. A praxiterapia se apresentará como um ideal tardio, independente em relação às Colônias, sendo responsável por ressignificar a terapia através da ocupação profissional. Diferentes abordagens foram desenvolvidas e se sucederam em torno do trabalho como recurso terapêutico, o que será objeto das próximas linhas. Posteriormente, uma análise de nosso presente pós asilar, mostrando que a relevância de se discutir o papel do trabalho como tratamento em saúde mental persiste em nossos dias. Poderíamos principiar com a afirmação atribuída a Philippe Pinel (1745-1826): “O trabalho constante modifica a cadeia de pensamentos mórbidos, fixa as faculdades de entendimento, dando-lhes exercício, e por si só mantém a ordem em um agrupamento de alienados” (Cerqueira, 1965, p.11). Nesta, um dos primeiros e mais importantes ideólogos do alienismo antecipa o que passaria a representar o marco do pensamento em torno da doença mental e das medidas curativas concernentes.

Considerando a história dos asilos públicos para alienados, é possível concluir que a preocupação com a doença mental se manifestava através do poder público, representada em discursos das autoridades, confirmando a errância do indivíduo no espaço público como uma questão de Estado. Conforme demonstrado em Machado (1978), o doente mental no século XIX constituía um problema médico e social. De fato, o discurso alienista se organizava em torno das preocupações de higienização do espaço público, pois que poluído pelos indivíduos insanos em situação de ociosidade e vadiagem. Foi ainda no seio de uma sociedade escravocrata, em meados do século XIX, que o Hospício de Pedro II (doravante Hospício Nacional de Alienados) foi inaugurado. Essa conjuntura macropolítica irá pouco a pouco se modificar, culminando na abolição da escravidão e na ascensão do regime republicano na década final daquele século. Já se observava uma saturação do modelo asilar, representado pelo Hospício na figura do manicômico, seja por carência de infraestrutura e de mão de obra, seja pela superlotação (Silva, 2022). O alienismo buscava oferecer respostas por meio da contenção da pobreza errante e viciosa, estigmatizada e criminalizada em seu discurso (Engel, 2012), agravando a dimensão social implicada. Foi nesse momento que surgiram as discussões em torno das Colônias Agrícolas e de formas terapêuticas adicionais que contemplassem a ressocialização dos indivíduos enquanto alternativas à reclusão no asilo. Isto é, seriam projetadas instituições que, por um lado suprissem a demanda crescente de internações nos hospícios e, por outro, introduzissem o trabalho enquanto ocupação como um meio de tratamento regenerador (Brandão, 1892).

Inauguradas em 1890, as Colônias da Ilha do Governador não pareciam cumprir com efetividade o esperado; passaram por muitas dificuldades orçamentárias (Claper, 2020), e relativamente pouco de seu acervo documental foi legado. Sabe-se, contudo, que seu cotidiano de convivência era menos rígido, priorizando a realização de trabalhos agrícolas e pequenas atividades artesanais, estas últimas também realizadas no Hospício, através de oficinas.

No início do século XX, seguiam prevalentes os discursos favoráveis ao modelo colonial (Moreira, 1905). Suas primeiras décadas foram marcadas pelo crescimento da rede manicomial, dando suporte ao paradigma asilar (Silva, 2022). As Colônias para Alienados de Jacarepaguá aparecem

na década de 20 em lugar das Colônias da Ilha do Governador, prometendo maior efetividade no tratamento através da ocupação pelo trabalho. O doente mental crônico, representando a figura do mal social, do vadio, marginalizado pela pobreza e maculado por sua errância, iria encontrar nas dependências das Colônias um ambiente mais propício às média e longa permanências, em consonância com a manutenção do paradigma da reclusão, herdado dos hospícios, complementado com o elemento laboral, na qualidade de ferramenta de ressocialização. A paisagem asilar pública ia de encontro ao espectro da pobreza viciosa que não atingia por meio do trabalho a condição regeneradora necessária para uma vivência virtuosa (Engel, 2012). Os discursos eugênicos, sistematizados em produções científicas como as da Liga Brasileira de Higiene Mental, atingiam essa massa marginalizada por meio de uma série de políticas de saneamento social que visavam combater a degenerescência no seio das misturas raciais indesejadas e da doença mental herdada biologicamente e expressa socialmente na miserabilidade e na inaptidão para o trabalho.

Dentro desse paradigma, a doença mental é um conjunto sintomático integrante de um quadro de degenerescência e anormalidade, expressando-se como desocupação e perturbação da urbanidade esperada na ordem civilizatória (Portocarrero, 2002). O trabalho se revestia de grande importância para a consolidação da sociedade capitalista, fazendo parte da identidade individual e representando a capacidade de produção e apropriação de riquezas. Em um primeiro momento, o trabalho dos internos garantiria a viabilidade econômica do modelo (Brandão, 1892) e seria uma forma de distração. Com o passar dos anos, o trabalho foi se tornando, paulatinamente, recurso necessário para a remissão dos quadros patológicos e para encaminhamento socioeducativo, promovendo a ressocialização. Dessa maneira, a praxiterapia se desenvolve como área do saber devotada ao estudo científico do trabalho enquanto terapêutica para a doença mental. Na Colônia de Jacarepaguá, a praxiterapia se desenvolveu ao longo da década de 1940 ao lado de outras inovações do campo terapêutico (Venancio, 2011; Museu, 2024). As décadas seguintes vão ser marcadas por uma série de eventos que vão ensejar movimentos críticos ao pensamento asilar e à figura do manicômio (Pegden, 2022), culminando na reconfiguração dos conceitos de doença e saúde mental e na problematização do trabalho tal como vem sendo concebido em suas relações com as diversas manifestações psicossociais compreendidas pelo pensamento científico como transtorno mental.

2. Relações entre trabalho e doença mental

As Colônias para alienados, tais como se desenvolveram na história da Psiquiatria, potencializaram um ideal de convivência em comunidade que estivera presente nos marcos fundadores do pensamento alienista, ou seja, de que a reclusão parcial promoveria a reintegração do indivíduo ao tecido social através da vivência e do trabalho em comunidade, ao mesmo tempo que provendo pequenas pitadas de liberdade em meio à reclusão (Claper, 2020). Atribuída à obra do psiquiatra alemão Hermann Simon (1867-1947), a passagem abaixo, datada da segunda

década do século XX, é representativa da importância da ocupação terapêutica como princípio norteador do tratamento psiquiátrico:

O indivíduo frente as exigências da vida em comunidade responde segundo sua constituição e suas forças ou adaptando-se e integrando-se socialmente, ou resistindo e lutando, isto é, comportando-se antissocialmente... Frente a estas condutas divergentes a sociedade responde, ou melhor, tem que responder... O doente mental é conduzido ao estabelecimento fechado quando por causa de sua enfermidade já não é possível estabelecer um equilíbrio entre ele e a sociedade normal. A missão do estabelecimento psiquiátrico seria a de promover ao doente condições de vida tais que mediante elas se restabeleceria o equilíbrio com a sociedade normal. (Cerqueira, 1965, p. 14-15)

Apesar da emergência de serviços de tratamento suplementares baseados em ferramentas ocupacionais remontar a décadas anteriores, somente em 1930 surgiria o primeiro centro de tratamento em terapia ocupacional, situado em Bristol, na Inglaterra. As décadas de 1930 e 1940 vão assistir à consolidação desse tipo de tratamento ao redor do mundo (Macdonald, 1960). Sobre a terapia pela ocupação, em ambiente asilar psiquiátrico:

é possível reconhecer que em um hospital psiquiátrico, a terapia ocupacional funciona como uma medida profilática, pela distração que proporciona, pelo menos por algum tempo, da ansiedade, da alucinação, dos delírios e de outros sintomas. O tédio repercute na tendência à destrutividade, à bagunça e ao comportamento agressivo. É preciso lembrar que o paciente psiquiátrico ficará geralmente mais tempo internado do que o paciente fisicamente doente. Todas as variáveis devem ser levadas em consideração de acordo com os níveis educacionais, de inteligência e dos interesses, devendo ser levadas em consideração uma série de várias atividades que estejam disponibilizadas no ambiente hospitalar. O paciente psiquiátrico perde os seus hábitos de trabalho mais facilmente do que outros tipos de pacientes. [...] O paciente neurótico, quando aliviados os seus sintomas, irá geralmente estar apto a retornar para o seu trabalho, mas a perturbação emocional, como na histeria, irá fazer com que a doença lhe seja mais sedutora do que a doença. (Macdonald, 1960, p.110; tradução livre).

Para o interno da instituição asilar, portanto, deveriam ser oferecidas ocupações gerenciadas por um corpo profissional especializado. Defendia-se que a saúde e a reintegração do indivíduo à sociedade só poderiam ser restabelecidas a partir da oportunidade ou da manutenção do trabalho, paralelamente às habilidades sociais e pessoais (Macdonald, 1960). As instituições asilares deveriam servir de laboratórios de ressocialização. Para a anormalidade mental, diagnosticada a partir dos traços individuais dos corpos emocionalmente instáveis, socialmente inadequados e moralmente deficientes, deveria ser providenciado um tratamento baseado em bons hábitos de trabalho. O prognóstico do paciente seria medido por avaliação do desempenho nas atividades laborais, visando favorecer a concentração, a perseverança e a consistência, como constatado em Macdonald (1960):

A concentração depende em primeiro lugar do grau de interesse presente. Em segundo lugar, na ausência de distração. É importante, contudo, tratar de achar uma atividade que seja suficientemente inusual para cativar o interesse do paciente. Tal atividade deve se dar em circunstâncias que não apresentem fatores de distração de partida, mas em um

momento posterior alguns elementos de distração podem ser inseridos de modo a tornar mais próximas tais condições a aquelas de um ambiente regular de trabalho. [...] A perseverança é uma qualidade muito difícil de ser inculcada e depende em grande medida de uma meta satisfatória. Em primeiro lugar, a atividade deve aproximar os passos iniciais da meta a ser alcançada, o que vai proporcionar uma rápida realização do objetivo pelo paciente. A dificuldade do trabalho deve ser gradualmente aumentada no grau da perseverança observada na conclusão das tarefas. [...] A nenhum paciente deve ser permitido deixar um trabalho não terminado, por falta de entusiasmo. [...] Um patamar consistentemente bom de realização do trabalho pela mão de obra é talvez o parâmetro mais desejável de todos [no treinamento dos bons hábitos de trabalho]. Concentração e persistência são inúteis se os esforços convergem para um trabalho de má qualidade. (Macdonald, 1960, p.186-187; tradução livre)

Vemos, portanto, que as atividades deveriam obedecer um plano de tratamento no qual a capacidade laboral é identificada como um valor primordial para a recuperação de caráter reabilitador. Acreditava-se que o trabalho poderia reabilitar o indivíduo ao fornecer uma pedagogia de conduta ao trabalhador, indicador confiável da capacidade do indivíduo conviver em sociedade. O serviço das comunidades terapêuticas no âmbito dos asilos mentais estava presente no ideal, mas se viu frequentemente abandonado na prática, com sucessivos relatos acerca da utilização da mão de obra da massa interna para os fins de manutenção das instalações asilares (Amarante, 1982). Já o aspecto pragmático da terapêutica ocupacional, como na praxiterapia, ficaria ainda mais evidente na chamada terapia industrial:

[...] a terapia industrial pode ser definida como o uso terapêutico da manutenção do hospital e outros projetos relacionados que ajudem o paciente em seus ajustes comportamentais e econômicos. Isso tem sido aceito como prática médica e modalidade de reabilitação em hospitais psiquiátricos. Se aplicadas corretamente, se corretamente gerenciadas e supervisionadas, essas atividades podem se mostrar extremamente úteis como meio de tratamento. As atividades devem ser selecionadas ao encontro das necessidades dos pacientes e devem prover uma oportunidade para a sua aceitação, o seu encorajamento e posterior motivação em uma situação real de trabalho no futuro. (Black, 1970, p.4-5; tradução livre)

Podemos observar aqui uma evolução em torno de programas de reabilitação e ressocialização no ambiente asilar. Na década de 1970, a medicação psicotrópica, quando disponibilizada, cumpria boa parte de seu papel no controle da sintomatologia positiva, expressa nos atos externalizados dos pacientes. A prática da terapia através do trabalho atende aos propósitos de que o indivíduo possa contribuir para o ganho econômico (cf. Black, 1970). As práticas vocacionais também florescem no ambiente asilar, bem como ações de inserção da população interna no mercado de trabalho. Os pacientes poderiam ser pagos, e o sistema de pagamento estruturado de acordo com o plano de ação em curso. A mentalidade empresarial acabaria contaminando a ideia do trabalho terapêutico: ao promover um conjunto de atividades acríicas e de caráter meramente adaptativo, fortaleceu-se a competição. De um ponto de vista nacional, essas ideias se viam refletidas nas primeiras experimentações das comunidades terapêuticas, que apostaram no trabalho terapêutico como uma ferramenta curativa (Cerqueira, 1965).

Um retorno à história dos nossos asilos mentais e a sua dissolução na década de 1980 pode servir para desnudar as relações bastante conturbadas entre o discurso da reabilitação pelo trabalho dentro dos asilos e a realidade cotidiana nesses espaços. A experiência aponta, com frequência, para um regime de trabalho subalternizado, manual, monótono e destituído de interesse para aqueles que o exerciam. Os propósitos de geração de renda e de preparação para o mercado de trabalho emanados da teoria da terapêutica industrial se viram dificultados em uma sociedade de poucas oportunidades e de precariedade das relações trabalhistas como a nossa. Baseando-se no desbravamento de outros pesquisadores, Arbex (2015) irá através divulgação na grande mídia chamar a atenção para o fato de que, em Barbacena, práticas análogas à escravidão eram desenvolvidas no seio do Hospital Colônia desta cidade. Veremos nos registros dessa e de outras instituições brasileiras que os internos acabaram por exercer atividades majoritariamente manuais e de baixa valorização, voltadas para a manutenção da própria infraestrutura asilar em detrimento de práticas capazes de instrumentalizar de maneira efetiva a sua vida extra muros (Delgado, 1991). Com a dissolução do “último manicômio” na Colônia Juliano Moreira em outubro de 2022 (O Globo), estamos cada vez mais diante de políticas que lançam as bases para o “cuidado” em condição de “liberdade”, apontando para a renovação do lugar social para o “louco” e para a “loucura”. Isso mais recentemente se configura como a busca por um novo lugar social para a loucura (Birman, 1992 *apud* Laps/Enso/Fiocruz, 2024). Tal fator traz consigo um outro conjunto de questões que marca a conjuntura atual da saúde mental no que diz respeito ao trabalho. Na sequência, poderemos observar reflexões acerca das práticas atuais vinculadas ao tema do trabalho na saúde mental.

3. Para um reencantamento do trabalho

A produção teórica e as experiências práticas, desde o século XIX até um período bem tardio do século XX, convergiram para a adoção de terapêuticas centradas ora na pura ocupação ora na atividade laboral propriamente dita no âmbito do ambiente asilar. Configuram-se assim as oficinas de praxiterapia, e similares como a laborterapia, e a Terapia Ocupacional. No percurso das Colônias Agrícolas para Alienados em direção às formulações mais elaboradas em torno da praxiterapia encontramos os antecedentes históricos do modo pós asilar de gestão e regulação da conduta dos indivíduos. Com o correr das décadas, as instituições mentais representadas pelos asilos de curta, média e longa permanência foram se modificando até entrar em verdadeiro colapso com o advento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Isso não aboliu, mas sim, parece ter refinado as formas de exercício de poder ao ponto de se converterem, em algumas ocasiões, em um estímulo ao autogoverno do chamado usuário ou psiquiatrizado. Dos anos 1980 para cá o paradigma disciplinar que marcou os asilos mentais foi cedendo lugar ao paradigma do governo ou da governamentalidade liberal, predominante na cena do contexto pós asilar mais atual (Silva, 2022). O controle passa a ser menos exercido pela exclusão e isolamento do desviante, e mais através da liberdade de cada um. Se antes a liberdade era um bem a ser conquistado, para o qual se pressupunha a condição da normalidade, agora “ser livre” se torna um imperativo

incontornável, e governar a si se faz necessário nessa nova conjuntura. Na saúde mental, passa a predominar o tratamento de portas abertas, com a diminuição drástica das internações e da reclusão. A saúde passa a ser de responsabilidade individual; a adoção de estilos de vida saudáveis se impõe de maneira obrigatória. Isso remete ao que Foucault (2008), compreende como a governamentalidade liberal, um modo de governo baseado na livre conduta dos indivíduos. Embora essa passagem represente uma questão de ênfase e não de substituição de um modo de governar para um outro, podemos considerar que tal mudança de paradigma se reflete no apagamento da figura dos manicômios e na presunção de autonomia e liberdade individuais. Nesse sentido, quanto mais livres somos com relação ao que fazemos com a nossa saúde dentro das sociedades liberais, mais escravos da venda dos hábitos saudáveis nos tornamos, pois estamos de certa maneira relegados a nossa conta e risco em um sistema de produção e consumo individualista, alheio com frequência ao bem estar coletivo. Sob essa ótica, observa-se que a medicina se individualiza nos espaços ambulatoriais da clínica, perdendo seu vínculo como recurso de controle e ordenamento social. A saúde mental passa a ser concebida como responsabilidade do indivíduo que se vê, assim, forçado a exercer sua autonomia (Bosi *et al.*, 2014). Tal se dá, com frequência, sem uma mínima rede de apoio, seja comunitária, seja familiar, gerando um quadro de desigualdade de acesso aos serviços e aos programas de saúde, bem como à informação a estes atrelada. Este quadro vem acompanhado de desigualdades econômica, racial, de gênero, nutricional e habitacional.

Ora, a capacidade de trabalhar de forma adequada (ou trabalhar de forma produtiva) constitui um índice de saúde mental amplamente aceito, sancionado pelos organismos internacionais responsáveis pela tutela da saúde pública (WHO, 2022). Pressupõe-se que o cidadão esteja saudável para trabalhar e se espera que o mesmo não adoça no desempenho de suas atividades profissionais. Trabalhar de maneira funcional tornou-se sinônimo de gerir-se “bem”, dentro de uma mentalidade empresarial em que a adoção de um estilo de vida (Rose *apud* Carvalho e Lima, 2016) será capaz de posicionar o indivíduo entre aqueles que fazem parte da mão de obra produtiva e bem ranqueada nos índices de desenvolvimento humano. A retomada histórica de processos que transferem para o âmbito individual uma responsabilidade coletiva é conhecida historicamente noutros contextos, contribuindo reiteradamente para o empobrecimento, a marginalização, a estigmatização e a criminalização de grupos minoritários como negros e mulheres. Em uma concepção crítica dos processos de saúde e doença mental seria então preciso reencantar a dimensão do trabalho na experiência individual (Santos, 2019), buscando formas de reconectar o indivíduo com os sentidos do seu fazer fora da lógica de mercado e dos ditames dos modelos neoliberais, debaixo dos quais nos vemos situados. Ao acompanhar o fio que mantém o tema trabalho, juntamente com suas implicações sócio-políticas, e das instituições asilares do nosso país, nos deparamos com as continuidades e rupturas nas práticas e nos discursos em saúde mental no que tange à reabilitação dos indivíduos. Vimos que o presente institucional do campo da saúde mental é marcado pela oposição aos modelos manicômiais calcados no paradigma da exclusão. Consoante a isso, as práticas terapêuticas, relacionadas ao trabalho na

contemporaneidade, com frequência se opõem às que se apresentaram anteriormente dentro do paradigma do isolamento e da reclusão. Considera-se relevante dar continuidade aos esforços de pesquisa centrados na história dos asilos, de modo que, ao se vincular mais estreitamente aos processos sociais e às políticas públicas que moldam o trabalho, a historiografia crítica dessas instituições possa enriquecer as discussões contemporâneas sobre saúde mental e contribuir para a formulação de novas estratégias políticas, à medida que se torna evidente a complexa articulação entre trabalho, modelos de saúde e práticas institucionais.

Agradecimentos

Agradecemos às parcerias de pesquisa e ao HCTE em seu corpo técnico, gestor e administrativo pelo apoio e suporte institucional impecáveis que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- Arbex, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração, 2015. Edição Kindle
- Aamarante, Paulo. *Psiquiatria social e colônias de alienados no Brasil, 1830-1920*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- Barreto, Afonso Henriques de Lima (1920/1921). **Diário do Hospício. O Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Benelli, Silvio José. Goffman e as instituições totais em análise. In: *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, pp. 23-62, 2014. ISBN 978-85-68334-44-7. Disponível em SciELO Books.
- Black, Bertram. **Principles of Industrial Therapy for the Mental Ill**. Editora Grune e Stratton, Inc, New York, New York, 1970.
- Bosi, Maria Lucia Magalhães; Melo, Anna Karyane da Silva; Carvalho, Liliane Brandão; Ximenes, Veronica Moraes; Godoy, Maria Gabriela Curubeto. Determinantes sociais em saúde (mental): analisando uma experiência não governamental sob a ótica de atores implicados. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 17 (Supl 2), 2014.

Brandão, João Carlos T. **Relatório da Assistência Médico-legal de Alienados apresentado a sua Excelência o Sr. Fernando Lobo Leite Pereira Ministro de Estado de Negócios Interior**. Rio de Janeiro, p.3-39, 1891,1892. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/> Acesso em: 02 mar. 2023

Carvalho, Sergio; Lima, Elizabeth. Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose (Parte 2). **Entrevistas Interface**, v. 20, n.58, 2016.

Cerqueira, Luiz. **Pela reabilitação em psiquiatria (da praxiterapia à comunidade terapêutica)**. Rio de Janeiro. 1965.

Claper, Jeanine Ribeiro. **Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado**. Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2020.

Delgado, Pedro (Coord.). **O asilo e a questão de um novo modelo para a assistência psiquiátrica pública no Brasil: o caso da Colônia Juliano Moreira**. Relatório de Pesquisa, NUPSO, 1991.

Engel, Magali Gouveia. Educação, Sanitarismo e Eugenia: divergências e convergências no campo intelectual brasileiro. In: Que país é este? Melo, Walter (org.), Rio de Janeiro: Espaço Ataud, 2012.

Ferreira, Arthur Arruda; Silva, André Schimidt; Hautequest, Felipe; Machado, Fernando; Padilha, Karina; Starosky, Miriam. Introdução: Técnicas de governo e práticas psicológicas: no fio da navalha entre determinação e liberdade. In: Governamentalidade e Práticas Psicológicas, Ferreira, Arthur A.L., Machado, F.M. e Figueiredo, Bruno F. (org.), Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Foucault, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Machado, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 2a. ed. São Paulo: Paz & Terra, pp. 55-86, 2015.

Foucault, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Franco, Tânia; Druck, Graça; Seligman-Silva, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. Dossiê Temático: O Mundo Contemporâneo do Trabalho e a Saúde Mental do Trabalhador - I. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, v. 35, n. 122, 2010.

LAPS/FIOCRUZ. Reforma Psiquiátrica: um novo lugar social para a loucura. Em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/reforma-psiquiatica-um-processo-social-complexo/> Acesso em: 05 ago. 2024

Macdonald, Elizabeth Mary. **Occupational Therapy in Rehabilitation:** A Handbook for Ocupacional Therapists, Students and others interested in this aspect of reablement. Editora Baillière, Tindall e Cox Ltd, 1960.

Machado, Roberto *et al.* **Danação da norma:** a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Moreira, Juliano (1905). Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 4, n.4, pp.728-768, 2011.

MUSEU Bispo do Rosário Arte Contemporânea. Praxiterapia. Disponível em: <https://museubispodorosario.com/timelines/colonia-juliano-moreira/> Acesso em: 09 out. 2024

Neto, João Leite Ferreira. Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Psic.: Teor. e Pesq.*, v. 35, 2019.

Pegden, Raphael. Direito, governamentalidade e constituição da psiquiatria no Brasil no século XX. In: Ferreira, Arthur. Machado, Fernando. Figueiredo, Bruno (org.). Governamentalidade e práticas psicológicas: a gestão da liberdade. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2022.

Portocarrero, Vera. **Arquivos da loucura:** Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

Santos, Romário. Se o mundo se reencanta, antes teve que ser desencantado: historicidade do conceito de reencantamento e a juventude que se reencanta. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, pp. 139-150, 2019.

Silva, Martinho. Modelos, modelagens e modos: o que é “asilar” e o que é reformista em saúde mental. In: Governamentalidade e práticas psicológicas: a gestão da liberdade. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2022.

Venancio, Ana Teresa. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **Hist. Cienc. Saude-Manguinhos**, v. 18, supl. 1, 2011.

WORD HEALTH ORGANIZATION. WHO guidelines on mental health at work, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>